

MPV 905
01188

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 20/11/2019	Med	Proposição: Medida Provisória nº 905, de 12 de novembro de 2019				
Depu	Nº do Prontuário					
Supressiva	Substitutiva	odificativa	Substitutiva Glol	bal 🗌		
Artigo: 43 e 49	Parágrafos:	Inciso:	Alínea:	Pág. 1 de 3		

EMENDA SUPRESSIVA

Art. 1º Suprima-se no art. 43 da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, a inclusão do art. 4-B na Lei nº 7.998, de 1990, passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

"Art. 43. A Lei nº 7.998, de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9°-A. O abono será pago por meio de instituições financeiras, mediante:

.....(NR)

Art. 15. Os pagamentos dos beneficios do Programa Seguro-Desemprego e do abono salarial serão realizados por meio de instituições financeiras, conforme regulamento editado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

.....(NR)

Art. 25. As infrações às disposições desta Lei pelo empregador acarretam a aplicação da multa prevista no inciso I do caput do art. 634-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR)

Art. 2º Suprima-se o art. 49 da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que altera a Lei nº 8.212, de 1991.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 20/11/2019		Proposição: Medida Provisória nº 905, de 12 de novembro de 2019						
Autor: Deputado EDUARDO DA FONTE – PP/PE						Nº do Prontuário		
Supressiva	Substi	tutiva 🔲 N	Modificativa		Substitutiva Global	l		
Artigo: 43 e 49	P	arágrafos:	Inciso:		Alínea:		Pág. 2 de 3	

JUSTIFICATIVA

A redação original do art. 43 da MPV 905/2019 prevê a cobrança de contribuição previdenciária dos beneficiários do seguro-desemprego. O dispositivo que se pretende suprimir reduz a pouca renda de quem já está desempregado. A medida proposta equivale a cobrar previdência dos que se aposentaram por invalidez, dos beneficiários do BPC ou dos inscritos no Programa Bolsa Família. A MPV está tirando daqueles que se encontram em situação de necessidade em razão de desemprego e tira de um desempregado para dar a outro.

A mudança proposta também não se sustenta do ponto de vista fiscal. Segundo a Exposição de Motivos a renúncia fiscal com a isenção das contribuições previstas no art. 9º da MPV foram estimadas em R\$ 10,606 bilhões, em 5 anos. No mesmo documento o Governo afirma que a arrecadação com a cobrança de contribuição previdenciária dos beneficiários do seguro-desemprego será superior à renúncia apontada:

- "11. A desoneração proposta será compensada por meio de aumento de receita obtido com contribuição previdenciária sobre os valores pagos aos beneficiários do seguro-desemprego, que poderão considerar o período de recebimento de seguro desemprego para fins de concessão de benefícios previdenciários. Prevê-se uma arrecadação de R\$ 1,92 bilhão em 2020; R\$ 2,39 bilhões em 2021 e 2,48 bilhões em 2022.
- 12. Como <u>no primeiro exercício as novas receitas geradas</u> <u>superam a renúncia proposta</u>, nos anos subsequentes eventual insuficiência de compensação com a contribuição previdenciária sobre o seguro desemprego será compensada, nos termos do disposto no inciso I do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal,



C	ongr	esso Nac	cio	nal				
APRESE	NTAÇ	ÃO DE EN	ME	NDAS				
Data: 20/11/2019		Me	did	a Provisória n	_	posição: 5, de 12 de nov	vemb	ro de 2019
Autor: Deputado EDUARDO DA FONTE – PP/PE							º do Prontuário	
Supressiva [Substi	tutiva 🔲 1	Modif	ficativa 🗌 Aditiva		Substitutiva Glob	bal	
Artigo: 43 e 49	Р	arágrafos:		Inciso:		Alínea:		Pág. 3 de 3
	Ac , pois empre	fere o pi go em situ	rinc açã	ípio da iguald o de ocupaçã evidenciário.	ade o lab	e da razoab ooral, como se	ilidad e estir	compulsória e e, o beneficiário vesse empregado vembro de 2019.
			-	Deputado ED		RDO DA FO /PE)	NTE	
Assinatura:								